



Imprensa/Univ



Agricultor familiar de Lauro de Freitas (BA): Política de Garantia de Preços Mínimos para o setor terá aporte de R\$ 300 milhões

Aprovado reforço de R\$ 4,57 bi a ministérios

Valor equivale à soma dos créditos adicionais a ministérios e empresas estatais previstos em uma dezena de projetos de lei aprovados ontem por senadores e deputados em sessão do Congresso

Parlamentares da Câmara e do Senado aprovaram conjuntamente ontem reforço ao caixa de ministérios e empresas estatais no valor global aproximado de R\$ 4,57 bilhões. Serão beneficiadas áreas como

agricultura familiar, defesa, administração pública, energia, transportes e meio ambiente, além de programas como o Bolsa Família. Para a oposição, o número de pedidos é muito grande e revela falta de planejamento do Executivo. **3**

Senado votará mais de 50 emendas ao Código Florestal

Os senadores já propuseram 33 alterações no texto e prometeram protocolar outras 21. Polêmico projeto será votado no Plenário na terça-feira. **4 e 5**

Governo promete para terça-feira posição sobre emenda da saúde

Ministra Ideli Salvatti diz que governo cumprirá promessa de pôr a Emenda 29 na pauta em troca de a oposição não obstruir a votação da DRU. **6**

Especialistas debatem presença de empresas no programa espacial

Para o presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), setor pode ajudar na capacitação da indústria nacional. **8**

Valor agregado dos produtos do setor foi destacado no debate da CCT, conduzido por Gim Argello (3º à dir.)



José Cruz/Senado Federal

Presidente da Agência Nacional do Petróleo falará sobre vazamento

Comissão de Infraestrutura convidará Haroldo Lima para explicar atuação do órgão no caso ocorrido em plataforma da Chevron no Rio de Janeiro. **4**

Parlasul empossa 37 representantes brasileiros **7** | Crédito de celular pode ter validade ilimitada **8**

Fernando Collor (C) preside reunião que aprovou Maria Auxiliadora Figueiredo para representar o Brasil na Malásia e Miguel Torres, no Togo



Lia de Paula/Senado Federal

Aprovados embaixadores para Togo e Malásia **2**

Diplomatas apontados para representar o Brasil na Malásia e em Togo passam por sabatina sobre as relações com os dois países e aguardam que o Plenário confirme a aprovação de seus nomes



Maria Auxiliadora e Miguel Torres, sentados ao lado de Fernando Collor (C), responderam sobre perspectivas comerciais

Comissão aprova indicados para mais duas embaixadas

OS DIPLOMATAS MARIA Auxiliadora Figueiredo e Miguel Gustavo de Paiva Torres foram aprovados para atuarem como embaixadores do Brasil na Malásia e em Togo, respectivamente. A votação da Comissão de Relações Exteriores (CRE) foi realizada ontem após sabatina. As indicações seguem agora para votação pelo Plenário do Senado.

Confirmada a aprovação, Maria Auxiliadora vai acumular a nova função com a representação no Sultanato

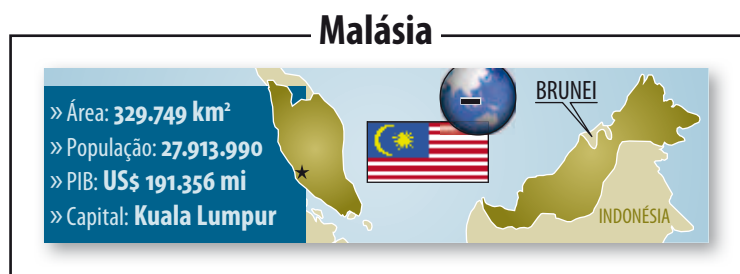
de Brunei. Em resposta a Sérgio Souza (PMDB-PR), ela negou que a expansão da presença brasileira em países pequenos, como Brunei, seja estratégia para atrair apoio à busca por espaço no Conselho de Segurança da ONU. A diplomata, que hoje atua na Costa do Marfim, afirmou que a razão é o multilateralismo das relações internacionais.

Em relação à questão da democracia nos países asiáticos, levantada por Eduardo Suplicy (PT-SP), Maria Auxiliadora

afirmou que todos eles têm, em maior ou menor grau, problemas de autoritarismo.

Respondendo a Ana Amélia (PP-RS), a indicada defendeu a venda de rações e sêmens de animais em vez de carne e frango congelados aos países africanos, apesar de considerar o mercado asiático bem receptivo a esse produto final.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) questionou a expansão comercial da China sobre os continentes asiático e africano. Maria Auxiliadora disse não acreditar que a China venha a ocupar posição hegemônica no cenário internacional, apesar de seu dinamismo econômico, “já que caminhamos para um mundo despolarizado, onde as potências médias emergentes terão papel preponderante”.



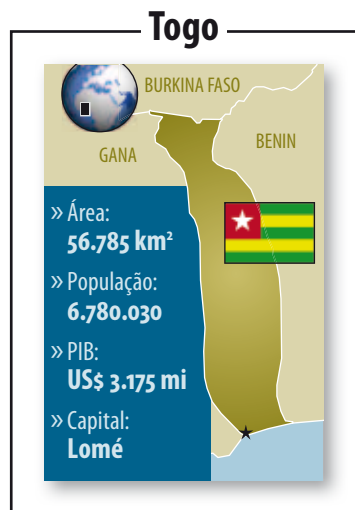
Fonte: IBGE Países

Novo cenário oferece oportunidades comerciais

Miguel Torres afirmou que, após mais de 40 anos de ditadura e a formação de governo de coalizão com apoio popular, Togo se sobressai como o quarto maior produtor de fosfato, usado na produção de fertilizantes.

— Há um novo momento econômico depois que o país voltou a ter crédito internacional com o perdão de 90% de sua dívida, equivalente a 400% de seu PIB (US\$ 2,5 bilhões) — comentou, apontando possibilidades de trocas comerciais entre o país e o Brasil nos setores têxtil, move-

leiro, cerâmico, de alimentos e construção civil.



Fonte: IBGE Países

Embaixador na Austrália vai acumular função

Na mesma reunião, a CRE aprovou a indicação do atual embaixador do Brasil na Austrália, Rubem Antonio Corrêa Barbosa, para exercer a mesma função, cumulativamente, nas repúblicas das Ilhas Fiji e Nauru e nas Ilhas Salomão.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) também leu parecer sobre a indicação do diplomata Fernando Apparicio da Silva para embaixador em Guiné-Bissau. A sabatina deve acontecer na próxima quinta-feira.

CRE ratifica acordo com Autoridade Palestina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou projeto de decreto legislativo (PDS 242/11) que ratifica acordo de cooperação cultural firmado entre o Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Segundo o relatório de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), “o acordo tem como objetivo

promover valores culturais e estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de amizade, entendimento e cooperação existentes entre o Brasil e a Autoridade Nacional Palestina”.

A comissão aprovou ainda, entre outros requerimentos, o de realização de debate conjunto com a Comissão de Educação (CE) sobre projeto (PLS 399/11)

que trata da revalidação e do reconhecimento automático de diplomas de curso superior emitidos por instituições de ensino estrangeiras de excelência acadêmica; e o de voto de pesar pelo falecimento de Steve Jobs, fundador da Apple. Cristovam Buarque (PDT-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP) foram os respectivos autores.

Sarney recebe líder da oposição venezuelana

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, ontem, o secretário executivo da Mesa de Unidade Democrática (MUD) da Venezuela, Ramón Guillermo Aveledo, que apresentou as propostas da oposição para as eleições presidenciais em outubro de 2012. Após o encontro com Sarney, Aveledo afirmou que os partidos contrários ao atual presidente, Hugo Chávez, têm reais condições de êxito.

— Estamos preparados para ganhar e preparados para governar. Haverá mudanças na Venezuela. Será uma eleição difícil, mas estamos ganhando cada vez mais espaços — disse Aveledo, apontando que, nas eleições parlamentares de 2010, a oposição obteve 52% dos votos.

Segundo o líder da MUD, a vitória dos partidos contrários a Chávez representará maior integração e afinidade na relação entre Brasil e Venezuela.

— Serão governos falando a mesma linguagem, que terão as mesmas visões democráticas, de direitos humanos, de liberdade e de uma economia voltada para a prosperidade — afirmou.

A MUD reúne 15 partidos, é a principal frente da oposição da Venezuela e escolherá seu candidato em fevereiro.

— O que nos une é o que queremos para o país. Teremos em 12 de fevereiro eleição primária aberta e qualquer um na Venezuela poderá concorrer e ser candidato à Presidência — relatou.



Ramón Aveledo (E) e Sarney conversam sobre eleições na Venezuela

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário PEC da DRU

9h Proposta de emenda à Constituição (PEC 114/11) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União até 2015 está na pauta da sessão deliberativa.

Código Penal Decisões administrativas

14h Reunião administrativa da comissão de juristas encarregada de elaborar o anteprojeto do novo Código Penal.

CRA Questão fundiária em Rondônia

15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência pública para debater a questão fundiária na Amazônia, em especial em Rondônia, e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Incra e do governo do estado. O evento ocorrerá na Câmara Municipal de Ariquemes.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pacote vai gerar mais empregos, diz Pimentel

Pedro França/Senado Federal



O pacote de medidas para estimular a economia, anunciado ontem pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, fortalecerá o consumo interno e protegerá o país dos impactos da crise financeira internacional. A avaliação é de José Pimentel (PT-CE).

— Todas essas ações têm a finalidade de, em 2012, repetir a geração de mais 2,5 milhões de empregos formais no país, acima do que vamos gerar em 2011 — disse.

Aumento da dívida pública preocupa Agripino

Moacir Matiz/Senado Federal



José Agripino (DEM-RN) manifestou preocupação com a elevação da dívida interna nacional e a falta de cortes nas despesas públicas. O pagamento de juros da dívida pública consumiu R\$ 235 bilhões nos últimos 12 meses, enquanto a saúde, classificada como “grande chaga nacional”, recebeu R\$ 70 bilhões em 2011.

— Estamos falando de R\$ 235 bilhões em juros que se evaporam sem prestar serviço a brasileiro nenhum — afirmou.

Casildo defende cerveja artesanal no Simples

Pedro França/Senado Federal



As cervejarias artesanais deveriam ser incluídas no Simples Nacional, defendeu Casildo Maldaner (PMDB-SC). O regime especial de tributação de empresas de pequeno porte não abarca negócios no segmento de bebidas alcoólicas.

O senador informou que produtores de cerveja artesanal, vinhos, espumantes, aguardentes e licores se movimentam para incluir suas atividades no Simples por meio de emendas a projeto (PLS 467/08) da então senadora Ideli Salvatti.

Ana Rita declara voto contra redução do ICMS

Pedro França/Senado Federal



As mudanças nas regras do ICMS interestadual prejudicam o Espírito Santo e não terão o apoio de Ana Rita (PT-ES). Ela anunciou que votará com seu estado e não com o partido e o governo, por considerar “um equívoco” o regime de urgência para a matéria.

Ana Rita destacou a presença em Plenário do prefeito de Vitória, João Carlos Coser, que lançará o Programa Vitória Mais Igual, “uma espécie de antecipação do Brasil sem Miséria”.

O conjunto de projetos soma R\$ 4,57 bilhões. Para a oposição, volume de recursos mostra falta de plano e desorganização orçamentária

Congresso aprova reforço ao orçamento de ministérios e estatais

SENADORES E DEPUTADOS aprovaram ontem, em sessão conjunta do Congresso Nacional, dez projetos de lei autorizando a abertura de créditos suplementares para ministérios e empresas estatais. As propostas somam cerca de R\$ 4,57 bilhões e se destinam a áreas como defesa, administração pública, agricultura, energia, transportes, meio ambiente e previdência, e programas como o Bolsa Família (veja quadro).

Deputados da oposição criticaram o grande número de pedidos de abertura de crédito por parte do governo. Para o deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), isso demonstra falta de planejamento e desorganização administrativa do Executivo.

— São mais de 40 projetos desse tipo, o que transforma a peça orçamentária em obra de ficção.

O deputado Amauri Teixeira (PT-BA), por sua vez, negou que haja desorganização orçamentária e afirmou que os pedidos de créditos são “normais e necessários”.



Deputado Gilmar Machado (E) e senador José Pimentel: em defesa da suplementação

Créditos aprovados

Projetos de abertura de créditos suplementares aprovados pelos congressistas vão agora para a sanção da presidente Dilma Rousseff

- ▶ **PLN 19/11** R\$ 300 milhões destinados ao **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, para viabilizar a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos para Agricultura Familiar.
- ▶ **PLN 23/11** R\$ 1,124 bilhão em favor de empresas **estatais**, entre elas Brasil Resseguros (IRB), Centro de Pesquisa de Energia Elétrica (Cepel) e Companhia de Eletricidade do Acre (Eletroacre).
- ▶ **PLN 33/11** R\$ 1,99 bilhão aos **ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Parte da verba vai viabilizar reformas em agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), além de permitir a inclusão de mais 320 mil famílias no programa Bolsa Família.
- ▶ **PLN 26/11** R\$ 71,75 milhões em favor do **Ministério dos Transportes**, para contemplar o Plano Nacional de Logística e Transportes, iniciado no primeiro semestre deste ano. Também há programações no âmbito do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), com obras previstas em todo o país.
- ▶ **PLN 15/11** R\$ 16,5 milhões aos **ministérios da Justiça e da Defesa**, para construção do anexo da Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro e para continuidade da implantação do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica, em Lagoa Santa (MG).
- ▶ **PLN 32/11** R\$ 96,79 milhões aos **ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional**. Entre outras finalidades, o dinheiro vai para implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e para operações de fiscalização de regiões com maior incidência de desmatamento ilegal.
- ▶ **PLN 8/11** R\$ 90,98 milhões para o **Ministério do Planejamento**, a fim de que o Brasil honre compromissos assumidos com a integralização de cotas em organismos financeiros internacionais e para que a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) invista em cursos de educação continuada para servidores públicos.
- ▶ **PLN 43/11** R\$ 403,72 milhões em favor dos **ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Pesca e Aquicultura**. A maior parte da verba será destinada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).
- ▶ **PLN 14/11** R\$ 445,6 milhões em favor das **estatais** Companhia das Docas do Estado da Bahia, Companhia Docas do Rio Grande do Norte, Eletronorte e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).
- ▶ **PLN 46/11** R\$ 10 milhões em favor do **Ministério dos Transportes**, para construção do trecho rodoviário de Uiraúna—Poço Dantas, da BR-434, na Paraíba. O dinheiro também irá para o projeto de construção do trecho entre São João do Rio do Peixe—Marizópolis, da BR-405, também na Paraíba.

Para Suplicy, decisão de baixar juros é acertada

Ana Volp/Senado Federal



A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de baixar a taxa básica de juros (Selic) tenta mitigar “os efeitos de um ambiente global mais restritivo”, avaliou Eduardo Suplicy (PT-SP). A redução de meio ponto percentual na taxa, que passou a 11%, foi anunciada na quarta-feira, após decisão unânime do comitê.

— Acho que isso é importante, tendo em conta as notícias que vêm do exterior, ainda mais a notícia de que o desemprego bateu recorde na Europa — afirmou. Para Suplicy, é importante notar que, ao contrário da Europa, o Brasil mantém baixas taxas de desemprego.

Pinheiro: medidas do governo reforçam o país

Gerardo Magel/Senado Federal



Walter Pinheiro (PT-BA) acredita que o governo acertou ao anunciar medidas de estímulo ao consumo, reduzindo tributos sobre eletrodomésticos e alimentos à base de trigo, além de diminuir o IOF dos financiamentos.

O senador avaliou que também foi correta a decisão de continuar estimulando a construção civil, já que esse é um dos ramos mais completos da cadeia produtiva.

— O Brasil está na crise, mas não vai se submeter a essa crise — disse.

Raupp pede apoio a novas regras para as ZPEs

Ana Volp/Senado Federal



Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu apoio a projeto de lei (PLS 526/11) do senador Jorge Viana (PT-AC) que flexibiliza as regras para instalação e funcionamento de zonas de processamento de exportação (ZPEs).

O projeto reduz a parcela mínima para exportação de 80% para 60%, para que a produção das ZPEs para o mercado interno possa chegar a 40%, contra os atuais 20%. Raupp anunciou que apresentará emenda para permitir esse índice não só para ZPEs nas fronteiras, como prevê o projeto, mas a todas as ZPEs das regiões Norte e Nordeste.

Eunício alerta para perigo nas estradas do Ceará

Pedro França/Senado Federal



Eunício Oliveira (PMDB-CE) lamentou que a morte de estudantes nas rodovias de seu estado tenha se tornado rotina

e lembrou que, ao assumir o mandato no Senado, apresentou projeto de lei (PLS 131/11) que isenta de IPI veículos com capacidade mínima de oito passageiros comprados para transporte escolar pelos governos estaduais e municipais.

Nos últimos dez anos, 27 estudantes morreram em acidentes com caminhões “paus de arara” no Ceará. No mesmo período, 210 crianças e adolescentes foram feridos nos acidentes, sendo que este ano três morreram e 30 ficaram feridos.



Audiência proposta por Ricardo Ferraço (E) terá a presença de Haroldo Lima

Vazamento gera debate sobre capacidade da ANP

O presidente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Haroldo Lima, será convidado para explicar no Senado a atuação do órgão no caso do vazamento de óleo na plataforma utilizada pela Chevron no Rio de Janeiro. O debate, requerido por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado ontem na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

— Chegou o momento da ANP ser repensada, porque as tarefas da agência são muito amplas, e depósitos dos últimos dias dão conta de que há, por parte da ANP, o reconhecimento de que ela não dispõe de infraestrutura adequada para cumprir com suas responsabilidades — disse Ferraço.

Conforme explicou o senador pelo Espírito Santo, a audiência pública será uma oportunidade para que os senadores possam “dissecar” a estrutura da ANP e avaliar a capacidade da agência de responder às demandas cada vez mais complexas que serão colocadas pelo setor, em especial pela exploração de petróleo na camada pré-sal.

Ao apoiar o convite ao presidente da ANP, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que Haroldo Lima já se colocou à disposição para falar à comissão. Na presidência da reunião, Blairo Maggi (PR-MT) informou a existência de outros requerimentos, já aprovados, de convite ao presidente da ANP.

Souza: solução é prorrogar o Protocolo de Kyoto

Os resultados da 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-17) serão fundamentais “para o futuro da Humanidade”, assinalou Sérgio Souza (PMDB-PR).

— É sabido que a crise econômica mundial não favorece um entendimento entre as nações, mas, ainda assim, é essencial que alguma evolução seja atingida nessas negociações que ocorrerão na cidade de Durban — declarou.

A COP-17, está acontecendo em Durban, na África do Sul, desde 28 de novembro e vai até 9 de dezembro, com a presença de representantes das mais importantes nações, diplomatas, cientistas, ambientalistas e autoridades governamentais.

Para o senador, a melhor saída para esses negociadores seria a prorrogação do Protocolo de Kyoto, assinado depois da COP-3, em 1997. O grande mérito desse protocolo foi criar sistema internacional, “legalmente vinculante”, em que os países, inclusive os desenvolvidos, se comprometeram a limitar as emissões de poluentes e gases e a



Sérgio Souza diz que é difícil os países chegarem a um acordo melhor sobre clima

adotar políticas de mitigação e adaptação.

A vigência do Protocolo de Kyoto, no entanto, terminará no final de 2012 e o senador acredita ser muito difícil que os países consigam fechar um novo acordo tão bom. Por isso, a melhor saída é a prorrogação do protocolo, mesmo com suas debilidades, como a não adesão de uma das nações mais poluidoras, os Estados Unidos.

Um dos principais negociadores do Brasil na COP-17, o embaixador André Corrêa do Lago disse que o país vai apoiar emenda que privilegie o Protocolo de Kyoto, levando a prorrogação pelo menos até 2020, informou o senador.

Após votar Código Florestal, senadores terão de analisar mais de 50 emendas

Votação do projeto no Plenário está marcada para terça; até ontem, 33 emendas ao texto haviam sido apresentadas, como a de Blairo Maggi, referente a atividades agropecuárias em bacias hidrográficas consideradas críticas; pelo menos outras 21 emendas serão protocoladas até o dia da votação

OS SENADORES DEVERÃO enfrentar, na terça-feira, uma extensa sessão para votar o projeto do novo Código Florestal. O dia será longo não apenas por causa das polêmicas que envolvem a proposta em discussão no Senado, mas também em razão do grande número de emendas apresentadas ao texto.

Até ontem, 33 emendas haviam sido protocoladas pelos senadores. Além disso, eles anunciaram a intenção de apresentar mais 21. Outras emendas poderão surgir até o dia da votação.

Mais de 80% das emendas protocoladas modificam normas das disposições permanentes. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) já apresentou, sozinha, 19 emendas. As mudanças se referem a regras para áreas de preservação permanente (APPs), reservas legais, exploração florestal e incentivos à preservação de vegetação nativa.

Os senadores Acácio Neves (PSDB-MG), Kátia Abreu (PSD-TO), Armando Monteiro (PTB-PE), Sérgio Souza (PMDB-PR) e Ana Amélia (PP-RS) também propuseram alterações no texto.

O senador Blairo Maggi

(PR-MT) é autor de emenda anunciada quando o projeto do Código Florestal foi votado na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Ele quer retirar do projeto condicionante para consolidação de atividades agrossilvopastoris em bacias hidrográficas consideradas críticas pelos conselhos nacionais e estaduais de recursos hídricos.

O condicionante havia sido sugerido por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e acolhido pelo relator na CMA, Jorge Viana (PT-AC).

Penas

Demóstenes Torres (DEM-GO) anunciou que pretende apresentar duas emendas. Em uma, propõe modificar a Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98), de modo a aumentar as penas para quem desmatar APPs e outras áreas protegidas.

Na outra, Demóstenes sugerirá abolir a possibilidade de áreas declaradas como de interesse social serem consideradas de preservação permanente por ato do Poder Executivo. A possibilidade, prevista no projeto, abriria brecha para o surgimento de uma “indústria” de áreas protegidas, segundo o senador.



Fortes chuvas devastaram Nova Friburgo e distritos vizinhos no início de 2011, na Região Serrana do Rio de Janeiro: construções irregulares nas encostas foram arrastadas morro abaixo

Randolfe pedirá mudança de artigo que “anistia” desmatamento feito até 2008

A adoção de 22 de julho de 2008 como “data de corte” para definir área rural consolidada é um dos aspectos mais polêmicos do novo Código Florestal e voltará à discussão na terça-feira, quando será votado pelo Plenário.

Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que apresentará ao menos 19 emendas ao projeto, a possibilidade

de regularização de atividades existentes até essa data significa anistia aos desmatadores. A data coincide com a publicação do decreto que define penas para crimes previstos na Lei de Crimes Ambientais.

Outros senadores, como Eduardo Braga (PMDB-AM) e Aloysio Nunes Ferreira, haviam questionado essa data quando o projeto tramitou

nas comissões. Aloysio chegou a apresentar emenda para antecipar a “data de corte” para 2001, ano da última atualização de norma sobre uso de área protegida, mas a sugestão foi rejeitada.

Randolfe também fará propostas para impedir a redução de área de reserva legal na Amazônia; para ampliar a exigência de recuperação

de mata no entorno de nascentes de rios; e para suprimir o capítulo que trata da regularização de atividades consolidadas em áreas de preservação.

Ele disse que as propostas contam com o apoio de João Capiberibe (PSB-AP), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Davim (PV-RN) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

“Não aceitaremos radicalismo na votação do código”, diz Acir Gurgacz

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que não será tolerado radicalismo na votação do projeto de reforma do Código Florestal no Plenário, prevista para a terça-feira.

Sua manifestação foi apoiada por outros senadores da comissão. — Os radicais, não podemos contar com eles nem de um lado nem do outro. Não é com radicalismo que resolveremos os problemas do Brasil — disse.

De acordo com o senador, o texto em exame é resultado de ampla discussão com a sociedade. Na CRA, os debates começaram antes mesmo de a matéria iniciar a tramitação no Senado, para que todos os segmentos envolvidos pudessem se

manifestar sobre o assunto.

Para o senador Cyro Miranda (PSDB-GO), tais radicais representam um pequeno grupo de parlamentares e entidades, que consideram a proposta do Código Florestal em exame “o pior de todos”. Ele disse que o debate foi democrático e resultou em um texto equilibrado.

Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que os governos estimularam os agricultores a desmatar para “tomar posse do Brasil”. Para ele, esses trabalhadores não são culpados. Hoje, porém, afirmou o senador, o desenvolvimento deve ser feito com sustentabilidade.

Blairo Maggi (PR-MT) afirmou não aceitar que

os produtores rurais sejam considerados criminosos por terem derrubado florestas para produzir alimentos.

— Criminosos seriam quem não estivessem cumprindo a função social da terra para colocar o leite nas prateleiras. As pessoas que tudo nasce na gondola do supermercado. Têm pena de matar um

frango ou abater um boi, mas gostam de comer um bife — argumentou.

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) fez declaração semelhante:

— Não concordo com o tipo de fala que criminaliza quem produz, quem gera emprego e renda e coloca o Brasil no rumo do desenvolvimento.

Na opinião de Jayme Campos (DEM-MT), a reforma do Código Florestal vai dar segurança jurídica a quem atua na área. Ele disse que as pessoas contrárias ao projeto que será votado na terça são as que defendem organizações não governamentais (ONGs) ou outros interesses.

Jayme Campos disse que o texto é resultado de “um trabalho indiscutivelmente zeloso”.

CRA discute hoje questão fundiária em Rondônia

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debate hoje, na Câmara Municipal de Ariquemes (RO), a questão fundiária na Amazônia e as ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Inca e do governo de Rondônia. A iniciativa é do presidente da CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO).

Além de representantes das confederações nacionais de Agricultura (CNA) e de Trabalhadores Agrícolas (Contag), foram convidados a secretária nacional de Regularização Fundiária da Amazônia Legal, Shirley Nascimento; o secretário estadual da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária, Anselmo de Jesus; e o superintendente do Inca em RO, Carlino Lima.



Jucá cita falhas em assentamentos

Jucá quer inclusão de famílias de RR em reforma agrária

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu ao Inca e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que reincluam 5.496 famílias roraimenses no programa de reforma agrária. Elas deixaram seus lotes ou não desenvolveram as atividades necessárias para garantir sua ocupação, segundo o senador, por falta de crédito e de condições dos assentamentos, que não ofereciam vias para transporte, escolas e postos de saúde.

Viana afirma que ouviu todos os segmentos

Jorge Viana (PT-AC) afirmou ontem que seu relatório do novo Código Florestal é resultado de um trabalho coletivo. Disse que o Senado tratou com muito equilíbrio o debate sobre a matéria, ouvindo todos os segmentos e garantindo o espaço necessário para todos se expressarem.

Em apartes, o trabalho do relator recebeu elogios de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Ana Amélia (PP-RS) e Blairo Maggi (PR-MT). Wellington Dias (PT-PI) disse que não há uma grande vitória sem uma grande luta.

Viana ainda relatou a visita que fez com Humberto Costa (PT-PE) ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em tratamento quimioterápico no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo. O parlamentar disse que recebeu de Lula “uma aula de vida”.

— O ex-presidente Lula está muito bem, tão bem que me animou — disse o senador. Segundo ele, o ex-presidente



Relator acredita que o Senado tratou o debate com equilíbrio

se mostrou otimista em relação à vida e ao seu tratamento, ao lado de sua esposa e cercado de familiares e amigos.

— Claro que é um tratamento doloroso, duro, para enfrentar uma doença complicada. Ele ainda vai ter uma fase delicada no começo do ano, que é a radioterapia. Mas, como sempre fez, está enfrentando as dificuldades com fé e confiança — afirmou Viana.

O senador a disse também que Lula chamou atenção para o fato de que o atendimento à saúde no Brasil está mais complexo, diversificado e caro, e que, por isso, é preciso encontrar uma maneira de financiar o setor.

Moka considera que agricultores não são vilões

Waldemir Moka (PMDB-MS) avalia que os produtores rurais, por suas posições em defesa do agronegócio, têm sido tratados como criminosos nas discussões sobre o novo Código Florestal e avisa que não vai mais “ouvir isso calado”.

— Não há que se confundir pioneiro, gente valente, com bandido, com criminoso. Não há que se confundir. E eu, absolutamente, estou decidido a não ouvir mais isso calado — desabafou.

Moka fez questão de lembrar que foi um dos responsáveis por sugerir o nome do atual ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, como relator do projeto na Câmara, e frisou que todos os segmentos envolvidos foram ouvidos, o que não significa que o relator acate todas as sugestões. Ele acha, porém, que chegou o momento, finalmente, de votar o projeto.

Moka fez questão de lembrar que foi um dos responsáveis por sugerir o nome do atual ministro dos Esportes, Aldo Rebelo, como relator do projeto na Câmara, e frisou que todos os segmentos envolvidos foram ouvidos, o que não significa que o relator acate todas as sugestões. Ele acha, porém, que chegou o momento, finalmente, de votar o projeto.

— Este país foi feito no cabo da enxada, no lombo do burro; jamais a agricultura deixará de ser importante para este país.



Waldemir Moka avisa que dará resposta a ataques a produtor rural

Blairo sugere que todos acompanhem votação no Senado

Blairo Maggi (PR-MT) convidou produtores rurais e interessados em agricultura e meio ambiente a acompanharem, por meio dos veículos de comunicação do Senado, a votação do projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), marcada para terça-feira.

A discussão será importante para os setores produtivos, que obterão “segurança jurídica para produzir”, assinalou, observando que todos tomarão conhecimento das novas regras e ninguém poderá alegar desconhecimento da lei quando essa entrar em vigor.

O senador também rechaçou ataques direcionados aos agricultores. Disse já ter ouvido palavras chulas, mas sabe que a maioria dos brasileiros ainda “têm o pé na roça”.

— Este país foi feito no cabo da enxada, no lombo do burro; jamais a agricultura deixará de ser importante para este país.



Blairo Maggi destaca importância da segurança jurídica para produzir

Ministra avisou que cumprirá acordo feito com a oposição, que havia aceitado votar DRU se Emenda 29 também fosse posta em pauta

Governo fará proposta sobre emenda da saúde até terça-feira, afirma Ideli

A MINISTRA DAS Relações Institucionais, Ideli Salvatti, disse que o governo cumprirá a promessa de apresentar até terça-feira proposta para votação do projeto que regulamenta a Emenda 29, que trata de verbas para a saúde pública.

Um dos projetos prioritários para o governo é a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU). A oposição só aceita votá-la caso o governo ponha em votação a regulamentação da emenda da saúde.

Pelo acerto entre oposição e governo, a DRU será votada na quinta-feira. O governo, porém, ficou obrigado a apresentar sua proposta de votação da emenda da saúde.

Não é certo que a emenda será votada nos próximos dias, já que não é a prioridade

do governo — ao contrário da DRU e do Orçamento 2012.

— Estamos avaliando. Temos até terça para dar uma posição oficial à oposição sobre a proposta que eles fizeram, de, pautando a Emenda 29,



A ministra Ideli Salvatti afirma que governo cumprirá acordo

termos um acordo para votar a DRU com uma margem que nos permita também votar o Orçamento. Essas duas coisas estão vinculadas. A proposta de Orçamento depende de a DRU ser aprovada — disse ela,



Renan Calheiros, líder do PMDB, reuniu-se ontem com a ministra

após reunião com o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL).

O governo não tem urgência na regulamentação da Emenda 29, já que tenta evitar a obrigação de repassar 10% de suas receitas para a saúde.

Questionada sobre a postura do presidente do Senado, José Sarney, de cobrar do líder do PT, Humberto Costa (PE), o relatório do projeto de regulamentação da emenda da saúde, o que poderia adiantar esse tema e atrasar a votação da DRU, Ideli assegurou que não houve prejuízo para o governo.

— O requerimento de urgência do Código Florestal foi aprovado e o acordo que tínhamos de apresentar posição sobre a Emenda 29 e os prazos de contagem da tramitação da DRU foram mantidos.

Segundo Sarney, projetos tramitarão conforme acordo

O presidente do Senado, José Sarney, avaliou como superado o episódio da antecipação do processo regimental de votação do projeto de regulamentação da Emenda 29, que define a destinação de recursos para a área da saúde.

Sarney disse ontem que o acordo de líderes, fechado na véspera, resolveu a questão que surgiu quando, por engano, ele próprio colocou a matéria em votação.

— É assunto ultrapassado: está entregue ao acordo de lideranças e nós vamos cumprir — disse.

O governo não quer voltar a matéria para evitar a

ampliação, já em 2012, dos gastos com saúde para 10% de suas receitas brutas.

Com o anúncio da votação, a proposta não poderia mais sair da pauta, a não ser por consenso entre os líderes. Para isso, o governo aceitou negociar a agenda de tramitação da proposta que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que precisa ser votada até o fim do ano.

Por consenso, a solução foi contar as sessões de

tramitação da DRU a partir de hoje, como queria a oposição, levando o início da votação para a quinta-feira. É um dia em que os parlamentares

começam a voltar a seus estados e que, portanto, exigirá maior articulação da base governista para obter quórum.

Pouco antes, os governistas haviam aprovado requerimento que permitiria a votação da DRU, em primeiro turno, na quarta-feira.

Os opositoristas concordaram em dar prazo até a terça

para que o governo apresente solução para a regulamentação da Emenda 29. Se a resposta for bem avaliada, em troca a oposição apoiaria a DRU, sem obstrução.

O texto da Emenda 29 anteriormente aprovado no Senado estabelece percentual mínimo de 10% das receitas da União para as ações e serviços públicos de saúde. A Câmara, como principal mudança, sugeriu que a União aplique anualmente o valor empenhado no ano anterior acrescido de, no mínimo, percentual correspondente à variação do produto interno bruto (PIB) no período.

Para presidente, está superado o episódio da antecipação do processo de votação da Emenda 29



Senador elogia governo acriano

Anibal: Acre é o mais bem avaliado por usuários do SUS

Anibal Diniz (PT-AC) comemorou ontem, em Plenário, resultado de pesquisa feita com 56 mil usuários do SUS, em 1.695 municípios do país, que colocou o Acre à frente em satisfação com as ações

de saúde. O resultado do Painel de Satisfação com o SUS, encomendado pelo governo, motivou o parlamentar a pedir voto de aplauso à Secretaria de Saúde do estado. O Acre ficou com os maiores índices

de satisfação e os menores de insatisfação.

— Na avaliação da atuação das esferas de governo em relação à saúde pública, o governo estadual do Acre foi o mais bem avaliado.

Cyro Miranda cobra política pública para dependência química

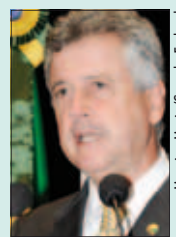
Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ser inadiável a definição de política nacional para a dependência química. Ele lamentou que o governo federal esteja “há tempos” prometendo uma campanha de combate ao crack. E comentou reportagem de *O Globo*, que relata o tratamento desumano de dependentes químicos em 68 instituições.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Rolleberg lembra Dia Mundial de Luta contra a Aids

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) registrou a passagem, ontem, do Dia Mundial de Luta contra a Aids. Para ele, são inegáveis os avanços obtidos na redução da doença, mas é preocupante a elevação do número de contágios entre os jovens. Embora o Brasil tenha um programa exemplar de combate, disse, é preciso manter a prevenção.



Marcia Moritz/Senado Federal

Preconceito dificulta combate à doença, avalia Jayme Campos

Ao se pronunciar sobre o Dia Mundial de Luta contra a Aids, Jayme Campos (DEM-MT) manifestou preocupação com o avanço da doença no Brasil e considerou o preconceito como um dos principais entraves ao combate à doença.

— Quero chamar a atenção do povo brasileiro para a necessidade de erradicar o preconceito, que é ainda uma das maiores barreiras para a prevenção e o tratamento — disse.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Waldemir Moka
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes* de secretário:
 João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Waldemir Moka • Anibal Diniz • Ana Rita • José Pimentel • Eunício Oliveira • Randalfe Rodrigues

* Vago em razão da saída de Gilvam Borges

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvío Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



Wellington Dias explica que rede internacional busca unidade política

Wellington saúda movimento internacional

Wellington Dias (PT-PI) saudou os dez anos de fundação da filial brasileira da rede internacional Movimento Político pela Unidade, fundado na Itália em 1996 e ligado à fundadora do Movimento dos Focolares, Chiara Lubich.

— É uma rede mundial de cidadãos ativos, políticos eleitos em todos os níveis institucionais, militantes dos mais diversos partidos políticos, funcionários públicos, estudiosos e cientistas políticos, além de jovens interessados pelas grandes questões mundiais e pela vida da própria cidade, do estado e do país — explicou.

O movimento prega união, atuação competente dos políticos, fraternidade política e busca do bem comum.

Randolfe recorda origens do Amapá

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) comemorou ontem os 111 anos do Tratado de Berna, que garantiu ao Brasil as terras do atual estado do Amapá. Ele ressaltou que, para se chegar ao tratado, foi necessário derramamento de sangue brasileiro em disputas que envolveram portugueses, holandeses e franceses.

O senador disse que relembra o passado do seu estado por ocasião, também, de reunião recente entre autoridades brasileiras e representantes da Guiana Francesa. Segundo ele, a relação de conflito mudou a partir da década de 1990. Randolfe afirmou que, hoje, amapaenses e guianenses têm mais similaridades do que diferenças.



Senador comemora os 111 anos do Tratado de Berna

Acordo político com Paraguai, Uruguai e Argentina permitiu ampliação da bancada brasileira, que passa de 18 para 37 integrantes

Novos representantes do Brasil no Parlasul tomam posse hoje

DEPUTADOS E SENADORES que integram a nova Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) tomam posse hoje, em Montevidéu, no Uruguai. Com isso, serão também retomadas as atividades do colegiado, que estavam interrompidas havia um ano. Devido a acordo que permitirá a ampliação da bancada brasileira, deverá ser aprovada proposta de alteração no Regimento Interno do Parlasul para garantir maior proteção dos interesses dos dois países com menores bancadas: Paraguai e Uruguai.

A nova Representação Brasileira, agora presidida por Roberto Requião (PMDB-PR), será ampliada para 37 parlamentares — 27 deputados e 10 senadores —, em lugar dos 18 integrantes do grupo anterior, quantidade que será mantida para as bancadas do Paraguai e Uruguai.

O acordo político para ampliação da Representação



Senador Roberto Requião preside a nova Representação Brasileira no Parlasul

Brasileira foi firmado no ano passado e estendeu até 2014 a primeira fase de transição para a implantação do parlamento, além de ampliar também a bancada da Argentina, que passará a ter 26 parlamentares.

A posse dos novos parlamentares brasileiros teve que aguardar um outro entendimento, sobre as normas internas de votação no Parlasul. Em novembro, reunidos em Brasília com parlamentares brasileiros, os uruguaios

manifestaram a preocupação de defender os interesses dos dois países menores do bloco, impondo quóruns mais rigorosos para a aprovação de decisões do parlamento.

Normas de votação

Segundo o texto acordado com os uruguaios, os anteprojetos de normas — proposições que visam à harmonização de legislações dos países do Mercosul, dirigidas aos parlamentos nacionais

— passam a ser aprovados por maioria qualificada no Plenário — ou seja, com o voto afirmativo da maioria absoluta de cada representação nacional — e maioria simples nas comissões. Os projetos de norma, proposições normativas apresentadas para apreciação do Conselho do Mercado Comum, órgão máximo decisório do Mercosul, permanecem sendo aprovados por maioria simples nas comissões e absoluta no Plenário.

Às 9h haverá reunião da Mesa Diretora do Parlasul com os presidentes das delegações nacionais, para oficializar o entendimento sobre a reforma no regimento.

A primeira sessão do ano está marcada para as 11h. Deverão ser aprovadas as mudanças no regimento e dada posse aos novos componentes da Representação Brasileira. Também está em pauta a proposta de orçamento do Parlasul para 2011.

Cícero explica leis brasileiras em fórum ambiental

Cícero Lucena (PSDB-PB) vai nesta segunda-feira à África do Sul apresentar o trabalho do Parlamento brasileiro na área de legislação ambiental, durante o Fórum Mundial de Legisladores da Globe International, organização que reúne parlamentares de todo o mundo. O evento, na Cidade do Cabo, marca o lançamento do 2º Estudo de Legislação Climática.

— Na esfera federal, o Brasil tem leis em vigor que demonstram a preocupação, já de algumas décadas, com a preservação do imenso patrimônio que recebeu da natureza — disse o senador.

Ele lembrou que as mudanças climáticas têm provocado diversas reuniões e acordos internacionais. O assunto vem sendo discutido, desde o início desta semana, na 17ª

Conferência do Clima (COP-17), promovida pelas Nações Unidas em Durban, também na África do Sul.

Um dos principais temas em discussão na COP-17 é a possibilidade de prorrogação do Protocolo de Kyoto, acordo assinado em 1997 que estabelece compromissos para a redução de emissão de gases de efeito estufa em países desenvolvidos.



Na África do Sul, senador participa do Fórum Mundial de Legisladores

Decisão sobre Ficha Limpa é interrompida

Durou pouco tempo a continuação do julgamento da Lei da Ficha Limpa pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O motivo foi o pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Iniciado em 9 de novembro, o julgamento já havia sido interrompido por pedido de vista do ministro Joaquim Barbosa, que ontem concluiu a apresentação de seu voto, a favor da constitucionalidade da lei.

A Ficha Limpa alterou a Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90) para prever novas hipóteses e prazos de impedimento ao registro de candidatos a cargos eletivos.

Dilma deve seguir Comissão de Ética, afirma Alvaro



O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), disse que a presidente Dilma Rousseff precisa tomar uma decisão: demitir o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ou extinguir a Comissão de Ética da Presidência, que recomendou a retirada do ministro.

— A Comissão de Ética não terá mais sentido, razão de existir, se sua recomendação, diante de tantos fatos graves que envolvem o ministro, não for acolhida pela Presidência.

O Ministério do Trabalho é alvo de denúncias que apontam a existência de esquema de cobrança de propina em convênios com ONGs.

Ferraço sugere à presidente fusão de ministérios



Ricardo Ferraço (PMDB-ES) disse que a presidente Dilma Rousseff, no momento da prometida reforma ministerial, deveria fundir alguns dos 38 ministérios, para evitar superposição de decisões e facilitar a gestão do governo.

— Tancredo Neves tinha 21 ministérios. Então há necessidade, de fato, de organizarmos melhor [os ministérios], para colocarmos a eficiência pública como prioridade, não importa se Estado mínimo ou Estado máximo. Às favas com esse debate. O importante é ter um Estado que priorize o interesse da população brasileira.

Jayme propõe placas trilíngues para turistas



Para facilitar a circulação de turistas estrangeiros durante a Copa do Mundo de 2014, Jayme Campos (DEM-MT) apresentou projeto para instalação de placas de sinalização trilíngue em pontos importantes das capitais.

O projeto obriga os órgãos responsáveis a oferecer informações em rodovias federais, ruas, praças e outros pontos.

O senador disse que o evento esportivo servirá para fortalecer a imagem internacional do Brasil, ajudando a ativar a economia local e a atrair investimentos externos. Para isso, disse ele, é preciso receber bem os visitantes.

Comissão de Serviços de Infraestrutura aprova texto que proíbe as operadoras de telefonia de impor tempo para consumo da recarga na modalidade pré-paga. Atualmente a validade é de 180 dias

Projeto põe fim a prazo para crédito de celular

PRESTADORAS DE TELEFONIA celular poderão ser proibidas de impor aos consumidores limites de tempo para utilização de créditos em planos da modalidade pré-paga. Projeto nesse sentido foi aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e segue para Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA).

O relator do projeto (PLS 242/10), Eduardo Braga

(PMDB-AM), lembra que 82% dos usuários de celular usam a modalidade pré-paga e são obrigados a se submeter ao prazo para consumo dos créditos, sob pena de rescisão de contrato. Segundo a justificativa do projeto, o prazo “obriga as pessoas a fazerem uso do serviço sem necessidade e desobriga as empresas de prestarem serviço pelo qual já foram pagas”.

De acordo com as regras em

vigor, o usuário pode adquirir créditos com até 180 dias de validade. Se antes do prazo os créditos não forem totalmente utilizados, o consumidor precisará adquirir novos créditos se quiser revalidar os restantes por novo período.

Eduardo Braga informa que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) justifica a existência de prazo de validade em função dos custos de manutenção de códigos de acesso de usuários inativos, que acabam sendo repassados aos que fazem uso do serviço.

No entanto, o senador considera inaceitável que as operadoras “se apropriem de valor pago antecipadamente e não prestem o serviço, especialmente para cidadãos de baixa renda”. Ele sugere que a Anatel atualize as regras para exigir que o cancelamento do contrato seja condicionado à devolução da quantia não utilizada, corrigida pela inflação do período.



Hoje, consumidores têm que adquirir novos créditos para revalidar anteriores

Placas deverão indicar estradas e hospitais

A Comissão de Infraestrutura aprovou ontem projeto que obriga a instalação, em rodovias, de placas que informem a distância para a cidade mais próxima em cada um dos sentidos e indiquem estradas e hospitais. As placas devem ser instaladas a cada intervalo de 20 quilômetros e em todo entroncamento, bifurcação e encruzilhada.

Para o autor do projeto (PLC 91/11), o então deputado De Velasco, a medida visa evitar acidentes decorrentes de “manobras indevidas e perigosas de retorno ou redirecionamento dos veículos, originadas por eventuais erros de caminho”. O texto segue para votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Na opinião do relator, Acir

Gurgacz (PDT-RO), a iniciativa aprimora o Código de Trânsito Brasileiro. Ele concorda que a melhoria da sinalização contribuirá para aumentar a segurança do tráfego nas rodovias. Gurgacz apresentou duas emendas de redação e uma para estabelecer o prazo de 180 dias após a publicação da nova lei para a instalação das placas.

Armando Monteiro cobra agenda social moderna do Estado



A agenda política pública na área social está marcada pela falta de visão e de generosidade em proporcionar saúde, segurança, educação, previdência social e uma política de renda de boa qualidade à população. Embora admita as diferenças entre esses setores, Armando Monteiro (PTB-PE) disse que é inquietante o ponto que os une: a contradição entre a demanda crescente da população e as limitações legais e financeiras do setor público.

O livro *Brasil, a nova agenda social*, dos economistas Edmar Bacha e Simon Schwartzman, mostra que enfoques simplistas não apontam para uma moderna agenda social, afirmou o senador, para quem “oposição e governo devem trabalhar de forma isenta de paixões”.

Wellington acredita em consenso na votação dos royalties

O aumento nas receitas de royalties da extração de petróleo e gás verificado este ano em relação às estimativas feitas no ano passado é indicador seguro de mais recursos para serem divididos com os entes federativos nos próximos anos. Autor do projeto (PLS 448/11) de redistribuição de royalties do petróleo, Wellington Dias (PT-PI) disse que acredita em consenso sobre o tema.

— Estive discutindo esse assunto com parlamentares do Rio de Janeiro e Espírito Santo. E acho que vai ser possível que as bancadas desses dois estados cheguem a um entendimento — disse. Às críticas de que teria feito projeções exageradas de receitas, ele respondeu que as previsões da Empresa de Pesquisa Energética utilizadas no projeto foram de R\$ 25 bilhões, bem menores que os cerca de R\$ 28 bilhões que serão alcançados em 2011.

Lídice: combate ao trabalho infantil está em 2º plano



Lídice da Mata (PSB-BA) afirmou ontem que o combate ao trabalho infantil ainda está em segundo plano no Brasil. Ela comentou relatório de 2011 da Unicef sobre a situação da adolescência brasileira.

Segundo a pesquisa, o número de residências chefiadas por menores, de 10 a 19 anos, dobrou na última década. São 113 mil domicílios chefiados por crianças de 10 a 14 anos e 661 mil, por adolescentes de 15 a 19 anos.

— Os dados realmente são estarecedores e merecem que o Congresso Nacional se debruce sobre a discussão de que futuro queremos para os meninos e meninas deste país.

Crack está avançando rapidamente no país, alerta Jayme Campos

Ao defender a aprovação da matéria que regulamenta a Emenda 29, Jayme Campos (DEM-MT) afirmou ontem que apenas 14,8% dos municípios brasileiros contam com atendimento de saúde especializado em dependência e prevenção ao uso de crack. Ao mesmo tempo, 98% das cidades têm usuários da droga, de acordo com a Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O substitutivo da Câmara ao PLS 121/07, que trata da regulamentação da emenda, está na pauta do Senado. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Jayme Campos afirmou que o crack está substituindo o álcool em vários lugares do Brasil, por ser uma droga mais barata e de efeito mais rápido. Para o parlamentar, trata-se de “um dos mais preocupantes desafios sociais da atualidade”.



Marco Raupp (2º à dir.) foi ouvido em debate presidido por Gim Argello (3º à dir.)

Debatedor quer empresas no programa espacial

Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB), Marco Antonio Raupp defendeu ontem, em audiência pública da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado, a inclusão de empresas nacionais no programa espacial do governo. Ele lembrou que os produtos do setor têm alto valor agregado e podem capacitar a indústria para competir no mercado global.

Segundo Raupp, “se um quilo de soja custa cerca de US\$ 0,20 e um quilo de uma aeronave em torno de US\$ 10 mil, um quilo de um satélite custa aproximadamente US\$ 50 mil”.

Ana Amélia apoia programação livre na mídia

Não cabe ao poder público autorizar exibição de programas em meios de comunicação, segundo Ana Amélia (PP-RS). Ela comentou ontem o início do julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação direta de inconstitucionalidade contra dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente.

A senadora ressaltou o papel do mercado no processo, já

O dirigente concordou, no entanto, com as críticas de que o programa espacial está atrasado em sua implantação. Disse que, “apesar do esforço dos últimos 30 anos”, o programa não vem atendendo a muitas demandas da sociedade, como é o caso da internet de banda larga para regiões de difícil acesso e o fato de que não há satélites brasileiros para previsão do tempo.

Walter Pinheiro (PT-BA) acentuou a importância das previsões meteorológicas para o planejamento da agricultura ao lamentar a dependência do Brasil em relação a satélites estrangeiros.



Senadora alega que liberdade de expressão é parte da democracia

que programas com baixa audiência não atraem anunciantes, e disse que a liberdade de expressão é valor inseparável da democracia.